

OS POVOS INDÍGENAS PARA ALÉM DO PASSADO COLONIAL: ENSINO DE HISTÓRIA, TERRITÓRIO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Levi Luã Alves Soares Silva¹
Aparecida Ellen Matos Lima²
Ana Karenina Barros De Sousa³
Aline Abbonizio⁴

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a partir da realização de três oficinas sobre História dos povos indígenas na Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa, em Redenção-CE, durante o ano de 2025. As oficinas tiveram como objetivo abordar os povos indígenas para além de representações centradas exclusivamente no passado, articulando diferentes temporalidades e problemáticas relacionadas ao território, à memória, à identidade, à resistência, às políticas indigenistas e aos direitos indígenas. Para isso, foram mobilizadas diferentes fontes e linguagens, incluindo mapas, textos, materiais audiovisuais, documentos históricos e discursos políticos, além de atividades de produção realizadas pelos estudantes. A análise considera os planos de aula, os materiais utilizados e, especialmente, as produções elaboradas durante as oficinas, como cartografias sociais, cartazes e jornais. Os resultados evidenciam diferentes formas de expressão das questões discutidas, com referências à defesa do território, à reivindicação de direitos, à resistência e à continuidade histórica dos povos indígenas. A experiência também possibilitou refletir sobre o uso articulado de fontes e linguagens como estratégia para problematizar a História indígena e as contribuições do PIBID para a formação docente. Conclui-se que as oficinas se constituíram como uma possibilidade de desenvolver práticas de ensino que reconheçam os povos indígenas como sujeitos históricos do presente, articulando suas experiências de território, memória, resistência e luta por direitos à formação histórica dos estudantes.

Palavras-chave: PIBID; Povos Originários; Resistência; Território.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Humanidades - IH, Discente, levilua1234@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Humanidades - IH, Discente, ellenlimaof@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Humanidades - IH, Discente, lucbarrosinf@gmail.com³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Humanidades - IH, Docente, aline.abbonizio@unilab.edu.br⁴



Nos Olhos
Do
SOL
XI SEMANA
UNIVERSITÁRIA

**Diversidade,
Inclusão e
Transformação Social**

INTRODUÇÃO

A presença dos povos indígenas no ensino de História envolve não apenas a seleção de conteúdos, mas também as formas pelas quais esses sujeitos são representados nas narrativas históricas e escolares. A superação de uma abordagem que situa os povos indígenas exclusivamente em um passado distante exige reconhecer suas permanências, transformações, formas de organização e atuação política no presente. Essa perspectiva esteve presente nas oficinas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), nas quais se buscou trabalhar a temática indígena a partir de diferentes temporalidades, fontes e linguagens.

Essa preocupação também se relaciona à compreensão dos povos indígenas como sujeitos políticos e históricos. O intelectual baniwa Gersem dos Santos Luciano (2006), ao discutir o movimento indígena contemporâneo, evidencia a atuação política dos povos originários na reivindicação de direitos e na construção de novas formas de participação. Na mesma direção, Baines (2008) discute os processos de identidade e ativismo político indígena no período posterior à Constituição de 1988. Essas perspectivas contribuem para deslocar a compreensão dos povos indígenas de uma posição de objetos das políticas estatais para a de sujeitos que participam ativamente das disputas políticas e históricas, que envolvem seus territórios e direitos.

A dimensão territorial constitui outro elemento central para essa discussão. Na primeira oficina desenvolvida pelo PIBID, intitulada “Povos Indígenas no Ceará: Reconhecimento e Cartografia Social”, a questão orientadora buscava compreender de que forma os povos indígenas do Ceará utilizam seus territórios para afirmar suas identidades e garantir seus direitos no século XXI. O plano propunha relacionar território, identidade e resistência, além de utilizar mapas, depoimentos, vídeos, textos acadêmicos e produzir coletivamente cartografias sociais.

A discussão sobre território também permite compreender que as relações entre povos indígenas e Estado são atravessadas por conflitos históricos. As oficinas seguintes abordaram as políticas indigenistas durante a Ditadura Militar e o processo de redemocratização, discutindo a demarcação de terras, a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Estatuto do Índio e os impactos dos projetos de desenvolvimento sobre os territórios indígenas. A terceira oficina deslocou essa discussão para o processo de afirmação dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o discurso de Ailton Krenak na Assembleia Nacional Constituinte. Nesse contexto, a obra de Manuela Carneiro da Cunha (2018) sobre os povos indígenas na Constituição e a discussão de Baines (2008) sobre identidade e ativismo político contribuíram para a construção dos materiais utilizados na oficina.

Assim, as três oficinas foram organizadas a partir de uma perspectiva que procurou articular diferentes temporalidades e dimensões da experiência indígena: a presença de povos indígenas no Ceará contemporâneo, as relações entre Estado e povos indígenas durante a Ditadura Militar e as disputas em torno do reconhecimento de direitos no processo de redemocratização. Essa organização permitiu trabalhar a História indígena a partir de categorias como território, memória, resistência, identidade e direitos, aproximando a discussão histórica das experiências e questões que permanecem presentes no Brasil contemporâneo.

Nesse sentido, o presente trabalho parte da seguinte questão: quais possibilidades podem ser identificadas no desenvolvimento de oficinas de história indígena que articulam território, memória, resistência e direitos por meio de diferentes fontes e linguagens? O objetivo geral consiste em refletir sobre a experiência de desenvolvimento de três oficinas de história indígena no âmbito do PIBID, analisando suas possibilidades para o ensino de História para além de uma representação dos povos indígenas centrada no passado. Especificamente, busca-se discutir as estratégias didático-metodológicas utilizadas nas oficinas, analisar as

produções elaboradas pelos estudantes e refletir sobre as contribuições da experiência para a formação docente em História.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter reflexivo, elaborado a partir das ações desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A experiência foi realizada na Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa, em Redenção-CE, durante o ano de 2025, envolvendo estudantes da primeira série do Ensino Médio dos cursos técnicos da instituição.

O recorte analisado compreende três oficinas de ensino de História dos povos indígenas, planejadas e desenvolvidas pelos bolsistas do PIBID. As atividades abordaram, respectivamente, território, identidade, memória e resistência dos povos indígenas no Ceará; as relações entre povos indígenas, Estado e políticas indigenistas durante a Ditadura Militar; e as transformações e permanências das políticas indigenistas entre a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, e a Constituição Federal de 1988. Foram utilizadas estratégias como exposição dialogada, problematização, análise de fontes, discussão coletiva e atividades práticas, mobilizando mapas, textos acadêmicos, documentos históricos, vídeos e discursos políticos.

Para a construção deste relato, foram considerados os planos de aula, os materiais utilizados nas oficinas e, principalmente, as produções elaboradas pelos estudantes, incluindo cartografias sociais, cartazes, jornais e outras produções textuais e visuais. Esses materiais são compreendidos como registros da experiência pedagógica, analisados qualitativamente e de forma interpretativa, buscando refletir sobre as possibilidades e os limites das oficinas para o ensino de História indígena e para a formação docente no âmbito do PIBID.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Território, memória e identidade: a cartografia social como possibilidade de ensino

A primeira oficina, intitulada “Povos Indígenas no Ceará: Reconhecimento e Cartografia Social”, partiu da problematização sobre as formas pelas quais os povos indígenas do Ceará utilizam seus territórios para afirmar identidades e garantir direitos no século XXI. O planejamento propôs o contato dos estudantes com os povos Anacé, Jenipapo Kanindé, Karão Jaguaribara e Tapeba, articulando território, identidade, resistência e memória por meio da análise de mapas, textos, depoimentos e materiais audiovisuais.

Um aspecto significativo foi a utilização de diferentes fontes para abordar uma mesma realidade. Os estudantes foram provocados a refletir sobre o que um mapa da FUNAI poderia apresentar e o que outras fontes, como textos e vídeos, poderiam acrescentar à compreensão das experiências indígenas. Essa estratégia permitiu deslocar a compreensão do território de uma dimensão exclusivamente espacial para uma abordagem relacionada às experiências culturais, políticas e sociais dos povos indígenas.

A atividade de cartografia social aprofundou essa proposta. Os grupos foram organizados a partir de diferentes povos e eixos temáticos, como espiritualidade, território, luta e resistência e símbolos culturais. Em seguida, elaboraram coletivamente representações que incorporaram elementos territoriais, palavras-chave e referências à memória, à ancestralidade e à identidade.

As produções dos estudantes reforçam essa dimensão. Em cartazes e produções textuais aparecem formulações relacionadas à defesa da terra, aos direitos e à permanência dos povos indígenas. Expressões como “Nossa terra não está à venda” e referências à luta pela terra e pela memória indicam que o território foi apropriado não apenas como lugar geográfico, mas como dimensão relacionada à existência, aos direitos e

à continuidade histórica dos povos indígenas. Assim, a experiência possibilitou trabalhar o território como categoria histórica e política, problematizando as relações entre território, identidade e resistência.

Estado, políticas indigenistas e resistência: historicizando as relações com os povos indígenas

A segunda oficina ampliou a discussão ao abordar as relações entre os povos indígenas e o Estado durante a Ditadura Militar brasileira. O trabalho com as políticas indigenistas, a atuação da FUNAI, o Estatuto do Índio, os processos de demarcação territorial e os impactos dos projetos de desenvolvimento permitiu inserir as questões indígenas em um contexto marcado por disputas territoriais e diferentes formas de intervenção estatal.

A escolha desse recorte contribuiu para romper com uma abordagem que apresenta a história indígena como sucessão de acontecimentos vinculados exclusivamente ao período colonial. Ao deslocar a discussão para o século XX, a oficina apresentou os povos indígenas como sujeitos envolvidos em conflitos e processos políticos recentes, evidenciando a permanência das disputas em torno de seus territórios e direitos.

Essa perspectiva também apareceu nas produções dos estudantes. Em diferentes cartazes, a resistência indígena foi relacionada à permanência, à luta e à defesa de direitos. Uma das produções afirma que “resistir não é opção, é sobrevivência”, enquanto outra associa a força dos povos indígenas à “luta pela terra, pela memória e pelo futuro”. Essas formulações articulam passado e presente, apresentando a resistência não apenas como reação a acontecimentos históricos encerrados, mas como condição relacionada à continuidade da existência indígena.

É importante, contudo, não interpretar essas produções como prova isolada de uma transformação definitiva da compreensão dos estudantes. Elas constituem registros situados de uma experiência pedagógica específica e permitem observar como questões discutidas nas oficinas foram reelaboradas e expressas pelos estudantes.

Constituição de 1988, protagonismo indígena e produção de narrativas históricas

A terceira oficina abordou as relações entre Estado e povos indígenas desde a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) até a Constituição Federal de 1988. A atividade discutiu mudanças e permanências nas políticas indigenistas e o processo de reconhecimento dos direitos indígenas, utilizando, entre outros recursos, a Constituição de 1988 e o discurso de Ailton Krenak na Assembleia Nacional Constituinte.

O discurso de Krenak possibilitou trabalhar a Constituição não apenas como documento jurídico, mas também como resultado de disputas e mobilizações políticas. Dessa maneira, o protagonismo indígena pôde ser incorporado à narrativa sobre a redemocratização, evitando que o reconhecimento dos direitos indígenas fosse apresentado exclusivamente como concessão realizada pelo Estado.

Essa perspectiva aparece também nas produções elaboradas pelos estudantes. Os jornais produzidos durante as atividades apresentaram narrativas sobre mudanças políticas, direitos indígenas e o processo de reconhecimento desses direitos, enquanto os cartazes expressaram reivindicações relacionadas à igualdade e à garantia de direitos.

A produção dos jornais possui particular importância porque os estudantes passaram da análise de informações e fontes para a produção de uma narrativa própria. Em vez de apenas responder a questões sobre a Constituição ou as políticas indigenistas, os grupos organizaram informações e acontecimentos em linguagem jornalística, selecionando aspectos considerados relevantes para comunicar as questões discutidas.

Essa atividade evidencia uma possibilidade importante para o ensino de História: trabalhar os estudantes não somente como receptores de narrativas históricas, mas como sujeitos capazes de interpretar fontes,

selecionar informações e produzir formas próprias de narrativa sobre processos históricos. A perspectiva dialoga com os objetivos dos planos das oficinas, que previam a identificação, análise e comparação de diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens.

A experiência das oficinas e a formação docente no PIBID

Consideradas em conjunto, as três oficinas permitiram aos bolsistas experimentar diferentes formas de planejamento e mediação do ensino de História indígena. A sequência entre território e presença indígena no Ceará, relações com o Estado durante a Ditadura Militar e reconhecimento de direitos no processo de redemocratização possibilitou construir uma abordagem articulada a diferentes temporalidades e dimensões da experiência histórica indígena.

Para a formação docente, a experiência evidenciou que a escolha das fontes e das linguagens utilizadas em sala interfere nas possibilidades de problematização dos conteúdos. Mapas, textos, vídeos, discursos políticos, cartografias, cartazes e jornais foram utilizados não apenas como recursos para dinamizar a aula, mas como diferentes formas de acessar e produzir interpretações sobre os processos históricos discutidos.

Nesse sentido, o PIBID constituiu um espaço de experimentação da prática docente no qual planejamento, aplicação das oficinas e observação das produções dos estudantes puderam ser articulados à reflexão sobre o ensino de História. As experiências analisadas apontam para a possibilidade de construir práticas que apresentem os povos indígenas para além de uma representação limitada ao passado colonial, incorporando suas lutas territoriais, memórias, resistências e reivindicações de direitos como dimensões constitutivas da História.

CONCLUSÕES

A experiência desenvolvida no âmbito do PIBID possibilitou refletir sobre diferentes possibilidades de abordagem da história dos povos indígenas no espaço escolar, especialmente quando o ensino é organizado para além de representações que os situam exclusivamente no passado. A realização das três oficinas permitiu articular diferentes temporalidades e problemáticas, aproximando a discussão sobre os povos indígenas de questões relacionadas ao território, à memória, à resistência, às políticas indigenistas e aos direitos reconhecidos no processo de redemocratização.

A análise das produções elaboradas pelos estudantes evidenciou diferentes formas de expressão dessas questões. Nas cartografias, cartazes e jornais produzidos durante as atividades, apareceram referências à defesa do território, à reivindicação de direitos, à resistência e à continuidade histórica dos povos indígenas. Embora essas produções não permitam mensurar isoladamente mudanças na aprendizagem dos estudantes, constituem registros importantes da experiência pedagógica e possibilitam observar como questões discutidas nas oficinas foram reelaboradas e expressas por meio de diferentes linguagens.

Nesse sentido, a experiência também demonstrou a potencialidade da utilização articulada de diferentes fontes e linguagens no ensino de História. Mapas, textos, materiais audiovisuais, documentos, discursos políticos e produções dos próprios estudantes possibilitaram construir diferentes caminhos para a problematização dos processos históricos, evitando uma abordagem exclusivamente expositiva da temática indígena.

Para a formação docente proporcionada pelo PIBID, a experiência permitiu compreender que o planejamento e a realização de oficinas constituem também momentos de investigação sobre a própria prática. A escolha das fontes, a elaboração das atividades, a mediação das discussões e a análise das produções estudantis contribuíram para a construção de uma postura docente mais atenta às diferentes formas de participação e expressão dos estudantes. Assim, as oficinas analisadas reforçam a possibilidade de desenvolver práticas de

ensino de História que reconheçam os povos indígenas como sujeitos históricos do presente e que contribuam para uma educação comprometida com a diversidade, a memória, os direitos e a transformação social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a todos/as que contribuíram para a realização das atividades e reflexões que fundamentam este trabalho. Agradecemos especialmente à Prof.^a Fernanda Pinheiro, que atuou na coordenação do PIBID durante o período de desenvolvimento das atividades aqui apresentadas, pela dedicação, acompanhamento, incentivo e pelas contribuições fundamentais para nossa formação docente e acadêmica. Estendemos nossos agradecimentos ao professor supervisor, Felipe Fladson Ribeiro Queiroz, pela orientação e pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas no núcleo de História, bem como aos/as demais bolsistas, estudantes, professores/as e colaboradores/as que fizeram parte desse processo. Por fim, agradecemos ao PIBID pela oportunidade de vivenciar a escola, a docência e a pesquisa de forma articulada, contribuindo significativamente para nossa formação enquanto futuros/as professores/as de História.

REFERÊNCIAS

BAINES, Stephen Grant. **Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da Constituição de 1988**. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, Série Antropologia, n. 418, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios na Constituição**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 147-162, set./dez. 2018.

KRENAK, Ailton. **Discurso de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte (1987)**. YouTube.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **Movimento indígena contemporâneo**. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/Secad; Museu Nacional/UFRJ, 2006.

OLIVEIRA, Yris Campos; MARCOLINO, Maria Luísa Soares. **A política indigenista no Brasil: um olhar sobre as legislações, artigos e decretos do século XX**. Espacialidades Journal, v. 1, n. 1, 2025. DOI: 10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38424.